

ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS COM FINS DE VERIFICAR A SITUAÇÃO ECONÔMICO- FINANCEIRA: UM ESTUDO COMPARATIVO ENTRE DUAS COOPERATIVAS SINGULARES DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Amanda Margon Nicóli¹

Samuel Potin²

Luiz Fernando Dalmonech³

Resumo: As demonstrações contábeis possuem informações que facilitam a tomada de decisão dos *stakeholders*. Dessa forma, os balanços não representam apenas números, pois basta a aplicação de técnicas para que informações valiosas sejam geradas. O desenvolvimento dessa pesquisa teve por objetivo analisar e comparar os resultados de duas cooperativas através de números divulgados publicamente entre os períodos de 2015 a 2018. Por isso, esse estudo é de caráter documental, aplicado e quantitativo. Os resultados exibiram que a Cooperativa B possui maior lucratividade e retorno sobre o patrimônio líquido quando comparado a Cooperativa A. Por fim, esta pesquisa pode ser base para novos estudos, com análises pormenorizadas, objetivando alcançar informações mais detalhadas acerca desses resultados.

Palavras-chave: Demonstrações financeiras; Cooperativas de Crédito; Análises comparativa de balanços.

ANALYSIS OF ACCOUNTING STATEMENTS TO VERIFY THE ECONOMIC-FINANCE SITUATION: A COMPARATIVE STUDY BETWEEN TWO SINGULAR COOPERATIVES OF THE STATE OF ESPIRITO SANTO

Amanda Margon Nicóli¹

Samuel Potin²

Luiz Fernando Dalmonech³

Abstract: The financial statements have indispensable information that facilitates the decision-making of stakeholders, considering that they do not represent only numbers, because the manager simply applies techniques for valuable information to be generated. This work aimed to analyze the statements of two cooperatives through analysis of publicly disclosed balance sheets, aiming to verify the economic and financial situation between 2015 and 2018. This research is documentary, applied and quantitative. The results showed that Cooperative B has higher profitability and return on equity than Cooperative A. Finally, the research may be the basis for further studies with detailed analysis aimed at achieving more detailed information.

Key words: Financial Statements; Credit Cooperatives; Comparative analysis of balance sheets.

1 INTRODUÇÃO

O estudo da Gestão Financeira representa um mecanismo estratégico para empreendimentos que demandam liberação de recursos, porque é dessa gestão que são realizadas provisões, tomadas de decisões, implantação das tarefas e levantamento da necessidade de investimentos e despesas

(GITMAN, 2010). Dessa forma, uma empresa que não possui gestão financeira fica vulnerável a não continuidade do seu negócio (BRAGA, 2002).

Essa pesquisa volta seus estudos para a gestão financeira de Cooperativas de Créditos, na qual sua origem foi formalizada através da Lei nº 5.764/71. Essa lei determina que Cooperativas representam sociedades de pessoas com forma e natureza jurídica própria. As cooperativas não estão sujeitas a falência e tem por finalidade a prestação de serviços para os associados. Além disso, não possuem fins lucrativos, pois são constituídas a partir da união de um grupo de pessoas, que são também donos da empresa. As decisões são tomadas por meio do voto intransferível e igualitário na assembleia geral (Lei nº 5.764/71).

Analisando o Sistema Financeiro Nacional (SFN), observa-se que ocorreu um movimento expansionista do cooperativismo de crédito desde o seu surgimento no início do século passado (JACQUES; GONÇALVES, 2016). A justificativa para essa expansão é que esse movimento cooperativista de crédito tem proporcionado inclusão financeira para a população, geração de emprego e renda, auxiliando, dessa forma, com a diminuição da pobreza e contribuindo para melhorar a eficiência do SFN (CHAVES, 2011). Conforme dados do Banco Central – BACEN (2019), em dezembro de 2017 existiam cerca de 970 cooperativas de crédito singulares, em torno de 40 confederações e 2 bancos cooperativos.

Esse estudo servirá como fonte de informações para os principais interessados (*stakeholders*) dessas cooperativas, em que será exibido o cenário econômico e financeiro. A exibição do desempenho dessas cooperativas através da aplicação dos índices (análise horizontal, vertical, índices de endividamento, liquidez e lucratividade), facilitará a tomada de decisão dos *stakeholders*, pois o uso dessa metodologia deixa as informações mais visíveis para os usuários.

Diante do papel econômico e social que a Cooperativa de Crédito representa no Brasil e dos benefícios que o cálculo dos índices proporcionam para a tomada de decisão dos *stakeholders*, esse estudo tem como problema de pesquisa: como se encontra a situação econômico-financeiro de duas Cooperativas de Crédito singulares (Cooperativa A e Cooperativa B) que se localizam no Estado do Espírito Santo?

Para responder à pergunta acima, esse trabalho tem por objetivo analisar as demonstrações contábeis de duas cooperativas, visando identificar a situação econômica e financeira entre os anos

de 2015 a 2018. As informações utilizadas estão publicadas no *site* dessas empresas para consulta pública.

Os objetivos específicos para se atender o objetivo geral são: realizar um estudo documental sobre os temas abordados nessa pesquisa; analisar as demonstrações contábeis das Cooperativas A e B nos anos de 2015 a 2018; e verificar os resultados através dos índices e compará-los.

A pesquisa estrutura-se com uma introdução, posteriormente o referencial teórico, os procedimentos metodológicos, a apresentação e também discussão dos resultados, as conclusões obtidas e as referências utilizadas para essa pesquisa.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

O SFN representa um conjunto de instituições financeiras públicas e privadas que contribuem para a captação de recursos, distribuição e transferência de valores entre os agentes econômico (ASSAF NETO; LIMA, 2014). O SFN é estruturado e regulado pela Lei nº 4.595/64, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, cria o Conselho Monetário Nacional (CMN) e dá outras providências.

O SFN, de forma resumida, é formado pelo Subsistema Normativo e o Subsistema de Intermediação. O Subsistema Normativo é formado pelo CMN, Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPIC). Já os órgãos executores, têm-se o Banco Central (BACEN), a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), a Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e Superintendência de Previdência Complementar (PREVIC). Como operadores existe um grupo bem maior, composto pelo Bancos e Caixa Econômica, Administradoras de Consórcios, Cooperativas de Crédito, Bolsa de Valores, Seguradoras e Resseguradoras, Entidades Fechadas de Previdência Complementar, dentre outras (Fonte: Bacen, acesso em 03 dez. 2019).

Fala-se em SFN justamente por este equilibrar os recursos que existem nas mãos dos agentes deficitários e superavitários, ou seja, há um processo de intermediação e distribuição de recursos no mercado financeiro que exhibe o papel social e econômico do Sistema Financeiro Nacional (ASSAF NETO, 2016).

A instituição financeira detém recursos no mercado pagando uma remuneração aos investidores, que representam os agentes superavitários. Com o montante em mãos, as instituições emprestam

para os agentes deficitários por meio de operações de crédito em que é cobrado uma taxa. A diferença entre o juro pago e o cobrado origina o *spread* (DANTAS, MEDEIROS, CAPELLETTO, 2012, p. 50). Esse, além de garantir despesas e também os riscos, remunera a própria instituição financeira que está intermediando.

2.1 COOPERATIVAS DE CRÉDITO

Nos países onde a economia é mais madura, o cooperativismo de crédito já é utilizado há muitos anos como instrumento estratégico de desenvolvimento econômico. Dentre os exemplos, têm-se a Alemanha, Bélgica, Espanha, França, Holanda e Portugal. Outros países como os Estados Unidos, Canadá e Japão, também merecem destaque em relação a presença cooperativista (JACQUES; GONÇALVES, 2016).

Enquanto no Brasil, as cooperativas de crédito de livre admissão vêm se estruturando no mercado desde 2003 com a Resolução do BACEN nº 3.106/2003 em que fica exposto:

(...) os requisitos e procedimentos para a constituição, a autorização para funcionamento e alterações estatutárias, bem como para o cancelamento da autorização para funcionamento de cooperativas de crédito (BACEN, 2003, p.1).

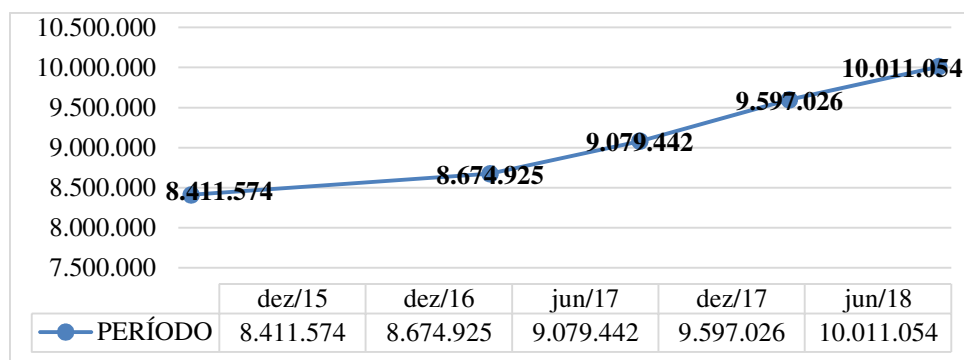
Também por meio dessa resolução, ficou determinado que as cooperativas singulares teriam maiores responsabilidades com os seus sócios, assim como o próprio governo e também com os demais participantes dessa relação. Além disso, as cooperativas deverão obrigatoriamente ser transparentes em suas operações, como também implantar mecanismos de controles internos (BACEN, 2015), o que demonstra a forte legislação empregada pelo SFN.

No Brasil, a cooperativa de crédito surgiu com o ideal cooperativista do padre suíço Teodoro Amstad desenvolvido em 1902 na cidade de Nova Petrópolis/RS. Essa cooperativa foi a primeira a ser constituída no Brasil e recebeu a denominação de “Caixa de Economia e Empréstimos Amstad”. Alguns anos depois, houve a troca do nome para Caixa Rural de Nova Petrópolis e persistindo até hoje com o nome de Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados Pioneira da Serra Gaúcha – SICREDI Pioneira/RS (PINHEIRO, 2008).

Esse tipo de cooperativa, assim como as demais instituições no Brasil, é regulada pelo CMN e fiscalizada pelo BACEN. Abaixo, tem-se um gráfico exibindo a evolução no quantitativo de pessoas que aderiram ao Sistema Nacional de Cooperativismo de Crédito (SNCC) no período de

2015 a junho de 2018. Em dezembro de 2015 eram um pouco mais de 8 milhões de associados, e em julho de 2018 esse quantitativo aumentou para um pouco mais de 10 milhões de pessoas (FGCoop, acesso em 03 dez. 2019).

Gráfico 1: Número de associados ao Cooperativismo de Crédito



Fonte: FGCoop (acesso em 03 dez. 2019). Adaptado pelo autor.

Como pode-se observar houve um crescimento de aproximadamente 19% no número de associados nos períodos de Dez/2015 a Junho/2018, o que exprime um crescimento muito bom para o período analisado.

2.2 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações contábeis remetem aos relatórios produzidos através dos dados originados da própria contabilidade das empresas que buscam atender as necessidades informacionais dos principais interessados, conforme exprime o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) no Pronunciamento Técnico nº 26 (R1). Logo, os mecanismos contábeis são utilizados para evidenciar a situação patrimonial da empresa em determinado período, assim como demonstrar as alterações ocorridas, ou levantar os passos que determinada empresa deu para chegar a um resultado (SILVA, 2005).

Matarazzo (2010) explana sobre a necessidade da padronização das demonstrações contábeis visando à simplificação, comparabilidade, adequação aos objetivos da análise, precisão nas classificações de contas, descoberta de erros e intimidade do analista com as demonstrações financeiras da empresa.

O BP é o relatório que representa maior essencialidade dentre os demais. Marion (2010) afirma que por meio desse é possível identificar a saúde financeira e econômica da empresa no fim do ano ou

em qualquer data prefixada. Silva (2005) relata que o balanço representa a fotografia da organização em determinado período, por ocasião da finalização do exercício. O autor Luz (2015) completa que através do Balanço Patrimonial é possível acompanhar o comportamento do patrimônio da empresa em diversos períodos.

A demonstração do resultado fornece um relatório que expressa as receitas e as despesas ocorridas pela empresa em um determinado período, sendo que essa é elaborada de forma concomitante com o balanço patrimonial (LUZ, 2015). Logo, para apuração desses valores deve-se conhecer a receita bruta obtida com vendas, sendo deduzida, a partir dessa, os custos e as despesas até se chegar ao lucro líquido. Para isso, os dados e informações obtidos devem estar representados fidedignamente, conforme determina a legislação.

2.3 ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A Análise das Demonstrações Contábeis, também conhecida como Análise de Balanços ou das Demonstrações Financeiras representa um exame minucioso dos dados financeiros de determinada empresa, além de retratar as condições endógenas e exógenas que afetam o aspecto financeiro dessa mesma organização (SILVA, 2008). Por esse motivo, a análise das demonstrações contábeis representa um meio de transformar dados em informações que são úteis para a tomada de decisão (PEREZ JUNIOR, BEGALLI, 2009).

Essas análises são explicitadas por meio de índices que representam, segundo Matarazzo (2010), uma relação entre contas ou grupo de contas das Demonstrações Financeiras. De maneira conseguinte, este mesmo autor frisa em suas obras que tais índices não podem ser analisados isoladamente, e sim, comparando-os com os demais. Dessa forma, existem inúmeras técnicas que facilitam essa análise que será detalhada no decorrer desse capítulo.

2.4 GESTÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

A Gestão Financeira e Orçamentária, ou também chamada de Administração Financeira e Orçamentária, é conceituada brevemente por Kato (2012, p. 27) como “o conjunto de atividades de planejamento, execução, controle e análise voltadas ao financiamento das operações de uma empresa, bem como suas respectivas decisões de investimentos”, e possui como objetivo, de acordo com Bezerra (2015), a determinação do processo empresarial que haja de forma mais eficiente na captação e alocação de capital e recursos.

O autor Silva (2005) também expunha em seus estudos que a análise financeira de uma empresa consiste num exame minucioso dos dados financeiros disponíveis sobre a organização, bem como das condições internas e externas que a afetam financeiramente. Essa análise minuciosa visa originar informações para a apoio à tomada de decisão dos principais interessados (*stakeholders*).

2.5 PESQUISAS ANTERIORES

Tem crescido o número de publicações que trazem à tona o assunto abordado nesse estudo: Análise de demonstrações contábeis de Cooperativas de Crédito, mas ainda é muito pouco, visto o quantitativo de informações que existem por detrás das análises de balanços.

Carreiro e Cunha (2008) realizaram uma pesquisa com o objetivo de avaliar o desempenho econômico-financeiro do Banco Cooperativo do Brasil S.A (Bancoob) através da técnica CAMEL. Os autores concluíram com o estudo que o ente possui regularidade quanto ao desempenho, sem oscilações significativas. Além disso, os autores mostraram através da técnica CAMEL que ainda há espaço para expansão dos negócios da empresa com resultados satisfatórios.

Bento et al. (2016) tratou de um estudo de caso na **Cooperativa Agrícola Mista Sul Riograndense LTDA (CAMSUL)**. Esse estudo pretendeu analisar a situação econômica financeira da CAMSUL no período de 2010 a 2014 por meio da análise de demonstrações contábeis. Os resultados mostraram que essa tem crescido e aumentado sua participação no ramo. Em contrapartida, observou-se que alguns pontos são desconsiderados na pesquisa, como a inflação.

Já Kammers (2016) dedicou-se ao estudo dos indicadores econômico-financeiros de uma cooperativa de crédito. Após a análise realizada, o autor afirmou que ficou evidente que, por mais que a cooperativa possua altos índices no que diz respeito a liquidez e endividamento a mesma encontra-se financeiramente estável, pois os cálculos foram feitos no período de curto prazo e considerando um percentual positivo em seus ativos.

Dessa forma, conclui-se a importância dos estudos das cooperativas, sendo que podem ser analisada através de diversas técnicas, como a CAMEL, a análise vertical e horizontal, índices de endividamento, dentre outros. Observado isso, essa pesquisa dá continuidade aos estudos de análise de balanços através de algumas dessas técnicas e as aplica em cooperativas distintas para compará-las, além de constatar desempenho de cada uma.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa enquadra-se como um estudo de casos múltiplos, pois analisa e compara a situação econômico-financeira de duas Cooperativas de Crédito do Estado do Espírito Santo (Cooperativa A e Cooperativa B), através de dados divulgados, no período de 2015 a 2018. As cooperativas estudadas, cujos os nomes não serão revelados, atuam em regiões próximas localizadas dentro do Estado do Espírito Santo há aproximadamente 30 anos. Elas, que receberão nessa pesquisa a denominação de Cooperativa A e Cooperativa B, possuem postos de atendimento em 36 municípios capixabas e atuam junto aos associados através da captação de depósitos à vista e à prazo, pela concessão de crédito e pela prestação de serviço financeiro. É importante ressaltar também que a Cooperativa B possui cerca do dobro do número de associados da Cooperativa A e que ambas localizam-se em regiões cujas economias são predominante agrárias, principalmente voltada para a cultura do café.

Quanto aos objetivos, essa se enquadra como explicativa em que o pesquisador aprofunda o conhecimento da realidade, pois explica a razão pela qual alcançou determinado resultado (GIL, 2010).

Em relação aos dados e procedimentos é documental, pois integra o rol das pesquisas usadas em um mesmo estudo, objetivando organizar informações dispersas e dando-lhe uma nova importância (RAUPP; BEUREN, 2004). Em relação à abordagem, caracteriza-se como quantitativa, isto é, traduzir números obtidos através dos documentos em informações para análise (PRODANOV; FREITAS, 2013).

A metodologia utilizada realiza estudos acerca dessas cooperativas, através de seus dados divulgados de forma pública por meio dos *sites* dessas empresas e com base naqueles [dados] identificar a real situação econômico-financeira. Dessa forma, as demonstrações contábeis utilizadas referem-se aos anos de 2015 a 2018 e serão desenvolvidas com o auxílio do *Excel*, obtendo, dessa forma, os resultados numéricos dos índices para posteriores análises. Também foi utilizada estatística descritiva com o intuito de facilitar a análise e verificar a dispersão em relação ao valor médio através do coeficiente de variabilidade (CV) que será aplicado durante os anos estudados. Abaixo, segue a classificação criada por Gomes (1990) em relação aos CV para facilitar o entendimento dos valores expressos na pesquisa:

Quadro 1: Classificação do Coeficiente de Variabilidade

Classificação	Faixas
Baixo	$x \leq 10\%$
Médio	$10\% < x \leq 20\%$
Altos	$20\% < x \leq 30\%$
Muito altos	$x > 30\%$

Fonte: Adaptado de Gomes (1990) pelo autor.

Dessa forma, se o resultado do coeficiente de variabilidade for inferior ou igual a 10%, a classificação será baixa. Se maior que 10% e menor ou igual a 20%, será classificado como médio. Se maior que 20% e menor ou igual a 30%, será classificado como alto. Se maior que 30%, será classificado como muito altos.

Para o estudo foram utilizadas a análise vertical que, de acordo com Matarazzo (2010), nada mais é que a porcentagem que cada conta representa sobre o grupo de conta total a qual está incluído. Dessa forma, torna-se mais simples perceber o grau de comprometimento com fornecedores que uma empresa possui, por exemplo. Também foi utilizado a análise horizontal que demonstra a evolução que cada conta teve durante um determinado período (MATARAZZO, 2010). Além disso, foi realizado o estudo de alguns indicadores de endividamento, de liquidez e de lucratividade (MATARAZZO, 2010).

Os índices de endividamento revelam o quanto uma empresa está endividada. A análise desses indicadores por diversos exercícios exhibe o meio de obtenção de recursos dessa empresa. Sendo assim, torna-se possível descobrir o meio que a empresa vem desenvolvendo seu ativo, com capital de terceiros ou recursos próprios e em que grau isso vem acontecendo. Dentro desse grupo, existem quatro índices principais a serem analisados nessa pesquisa: participação do capital de terceiros, composição do endividamento, imobilização do patrimônio líquido e imobilização dos recursos não-correntes (MATARAZZO, 2010).

Os Índices de Liquidez, que são usados com o intuito de avaliar a capacidade de pagamento no longo prazo, curto prazo ou médio prazo. Para chegar a esses resultados há o índice de liquidez geral, corrente, seca e imediata. Enquanto, os índices de Retorno sobre o Ativo (ROA) e o Retorno sobre o Patrimônio Líquido (ROE), ambos remetem a lucratividade da empresa (MATARAZZO, 2010).

Com relação aos índices utilizados na pesquisa, abaixo há um quadro-resumo indicando-os, apontando seu significado segundo os conceitos de Matarazzo (2010) e a fórmula:

Quadro 2: Quadro-resumo dos índices

Índice	Significado	Fórmula
Análise Vertical	Baseia-se em valores percentuais das demonstrações financeiras, isto é, o quanto cada conta representa do total.	$\text{Conta} / \text{Total da conta (Ativo ou Passivo)} \times 100$
Análise Horizontal	Baseia-se na evolução de cada 2 conta de uma série de demonstrações financeiras em relação à demonstração anterior e/ou em relação a uma demonstração financeira básica, geralmente a mais antiga da série.	$(\text{Valor atual da conta}) - 1 / \text{Valor base da conta} \times 100$
Índices de Endividamento		
Participação de Capital de Terceiros (Endividamento)	Quanto à empresa tomou de capitais de terceiros para cada R\$100,00 de Capital Próprio.	$\text{Capital de Terceiros} / \text{Patrimônio Líquido} \times 100$
Composição do Endividamento	Qual o percentual de obrigações a Composição do Endividamento em relação às obrigações totais.	$\text{Passivo Circulante} / \text{Capitais Terceiros} \times 100$
Imobilização do Patrimônio Líquido (PL)	Quanto à empresa aplicou no Ativo Permanente para cada R\$100,00 de Patrimônio Líquido.	$\text{Ativo Permanente} / \text{Patrimônio Líquido} \times 100$
Imobilização dos Recursos Não-Correntes	Que percentual dos recursos não-correntes (Patrimônio Líquido e Exigível a Longo Prazo) foi destinado ao Ativo Permanente.	$(\text{Ativo Permanente} / \text{PL} + \text{Exigível a LP}) \times 100$
Índices de Liquidez		
Liquidez Geral	Quanto à empresa possui de Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo para cada R\$1,00 de dívida total.	$\text{AC} + \text{Realizável a LP} / \text{PC} + \text{Exigível a LP}$
Liquidez Corrente	Quanto à empresa possui de Ativo Circulante para cada R\$1,00 de Passivo Circulante.	$\text{Ativo Circulante} / \text{Passivo Circulante}$
Liquidez Seca	Quanto à empresa possui de Ativo Líquido para cada R\$1,00 de Passivo Circulante.	$\text{Ativo Líquido} / \text{Passivo Circulante}$

Fonte: Adaptado de Matarazzo (2010) pelo autor.

4. ANÁLISE DOS RESULTADOS

O primeiro item a ser explorado é o endividamento dessas empresas. Abaixo, no quadro nº 3, encontra-se os índices de endividamento, liquidez e lucratividade:

Quadro 3: Índices de endividamento, liquidez e lucratividade das Cooperativas A e B

Cooperativa A	Exercícios findos em				Média	DP ¹	CV ²
	2015	2016	2017	2018			
Índices de Endividamento							
Participação de Capital de Terceiros	341,80%	319,11%	339,51%	365,30%	3,414319965	0,189009259	5,54%
Composição do Endividamento	91,26%	85,65%	75,99%	79,51%	0,831028204	0,067471283	8,12%
Imobilização do Patrimônio Líquido (PL)	16,75%	16,07%	16,50%	16,90%	0,165572391	0,003643552	2,20%
Imobilização dos Recursos Não-Correntes	12,90%	11,02%	9,09%	9,67%	0,106705161	0,016941276	15,88%
Índices de Liquidez							
Liquidez Geral	129,26%	131,34%	129,45%	127,37%	1,293555763	0,016195983	1,25%
Liquidez Corrente	107,24%	102,80%	112,20%	120,42%	1,106639578	0,075515881	6,82%
Liquidez Imediata	0,82%	1,25%	1,50%	2,40%	0,014924694	0,006640732	44,49%
Índices de Lucratividade							
ROE	24,39%	19,08%	10,72%	7,93%	13,56732151	10,60745546	78,18%
ROA	5,02%	3,99%	2,32%	2,21%	2,838034883	2,182171867	76,89%
Cooperativa B	Exercícios findos em				Média	DP	CV
	2015	2016	2017	2018			
Índice de Endividamento							
Participação de Capital de Terceiros	294,17%	274,30%	276,75%	285,20%	2,826034183	0,090103963	3,19%
Composição do Endividamento	94,14%	94,69%	93,74%	92,67%	0,938078047	0,008519778	0,91%
Imobilização do Patrimônio Líquido (PL)	14,16%	12,73%	11,15%	11,36%	0,123518166	0,013946942	11,29%

Imobilização dos Recursos Não-Correntes	12,08%	11,11%	9,50%	9,40%	0,105231279	0,012991728	12,35%
Índices de Liquidez							
Liquidez Geral	129,18%	131,81%	132,10%	131,08%	1,310446879	0,01315787	1,00%
Liquidez Corrente	101,32%	97,59%	97,40%	107,38%	1,009229042	0,04667134	4,62%
Liquidez Imediata	0,81%	0,37%	0,43%	0,69%	0,005748543	0,002083394	36,24%
Índices de Lucratividade							
ROE	35,60%	26,85%	25,38%	19,41%	0,268108468	0,066838233	24,93%
ROA	7,55%	6,14%	6,07%	5,28%	0,062612037	0,00942617	15,05%
¹ Desvio Padrão							
² Coeficiente de variabilidade							

Fonte: elaborado pelo autor.

Em relação a participação do capital de terceiros, o quadro nº 3 revela a dependência de ambas em relação ao recurso tomado de terceiros. Na cooperativa A, esse endividamento cresceu durante os anos produzindo um resultado de 341,80% [2015]; 319,11% [2016]; 339,51% [2017]; 365,30% [2018], enquanto na cooperativa B, os resultados foram 294,17% [2015]; 274,30% [2016]; 276,75% [2017]; 285,20% [2018]. Dessa forma, a cooperativa A possui maior dependência em relação ao capital de terceiros que a cooperativa B e CV mostra que a variação foi baixa em ambas durante os anos analisados. Com relação a composição do endividamento, a cooperativa A diminuiu seu seus compromissos no curto prazo, conforme mostra os resultados 91,26% [2015]; 85,65% [2016]; 75,99% [2017]; 79,51% [2018] e o CV exibe um cenário de baixa de 8,12%. Já a cooperativa B, o cenário manteve-se com pouca variação durante os anos analisados, comprovado pelo CV de 3,19% considerado muito baixo. Os resultados desse índice para a cooperativa B é de 94,14% [2015]; 94,69% [2016]; 93,74% [2017]; 92,67% [2018], isso mostra que ela possui maior comprometimento no longo prazo que a cooperativa A.

O próximo quesito abordado foi a imobilização do Patrimônio Líquido (PL), que significa o quanto do ativo permanente foi aplicado no PL. Vale destacar que a cooperativa A possui um maior percentual aplicado no PL, enquanto a cooperativa B apresentou maior oscilação em relação aos seus resultados (14,16% [2015]; 12,73% [2016]; 11,15% [2017]; 11,36% [2018]), comprovado através do CV classificado como médio (11,29%).

Quanto a imobilização dos recursos não-correntes que, em outras palavras, exibe o percentual dos recursos não-correntes (PL e exigível a longo prazo) foram destinados ao ativo permanente, ambas apresentaram resultados próximos e cumulativamente apresentaram uma queda entre os anos de 2015 e 2018, de acordo com o exposto no quadro nº 3. Essa oscilação mostrou que ambas as cooperativas tiveram uma variação classificada como média. É interessante destacar que em todos os índices de endividamentos abordados o ideal é que seja o mais baixo possível.

O próximo índice a ser analisado é a liquidez geral. Esse exibe a capacidade de pagamento da empresa no curto e no longo prazo, por isso quanto maior o índice, melhor. A cooperativa A apresentou os seguintes resultados 129,26% [2015]; 131,34% [2016]; 129,45% [2017]; 127,37% [2018], o CV ficou classificado como baixo (1,25%). Enquanto a cooperativa B apresentou em 129,18% [2015]; 131,81% [2016]; 132,10% [2017]; 131,08% [2018], o CV também ficou classificado como baixo. Como pode-se observar, a cooperativa B apresentou em 2018 maior capacidade de pagamento que a cooperativa A.

Quanto a Liquidez Corrente, que exibe a capacidade de pagamento no curto prazo, os resultados da cooperativa A foram de 107,24% [2015]; 102,80% [2016]; 112,20% [2017]; 120,42% [2018]. Já os resultados da cooperativa B foram de 101,32% [2015]; 97,59% [2016]; 97,40% [2017]; 107,38% [2018]. O CV foi baixo em ambas e a cooperativa A mostrou possuir maior capacidade de pagamento no curto prazo, já a cooperativa B apresentou resultados inferiores a 100% durante os anos de 2016 e 2017, o que mostrou incapacidade de pagamento no curto prazo nesse período.

Quanto ao índice de Liquidez Imediata que dispõe sobre o valor existente em caixa para saldar de imediato os compromissos no curto prazo, ambas possuem um resultado baixo em caixa, porém o CV para os anos estudados foi considerando muito alto, sendo que a cooperativa A apresentou um volume maior do que a cooperativa B em caixa para saldar seus compromissos imediatos.

Os próximos índices abordados são o Retorno sobre o Ativo (ROA) e o Retorno sobre o Patrimônio Líquido (ROE), sendo que ambos remetem a lucratividade da empresa. Ambas exibiram um resultado decrescente em seus relatórios. Com relação aos índices de lucratividade, a Cooperativa A em 2015 apresentou um retorno sobre o seu ativo de 5,02% e um retorno sobre o seu PL de 24,39%, já em 2018 o ROA foi de 2,21% e o ROE foi de 7,93%, um coeficiente de variabilidade de 76,89% no ROA e de 78,18% no ROE, ambos os resultados classificados como muito alto. Enquanto a Cooperativa B, possuía em 2015 um ROA de 7,55% e um ROE de 35,60%. Já em 2018, esse

resultado para o ROA foi de 5,28% e o ROE foi de 19,41%. Na cooperativa B, o coeficiente de variabilidade foi menor. O ROA apresentou um CV de 15,05%, classificado como médio, e o ROE apresentou um CV de 24,93%, classificado como alto. Observa-se no ano de 2018, que o retorno sobre o ativo da cooperativa B é mais que o dobro em relação a cooperativa A, assim como o retorno sobre o patrimônio líquido. Isso significa que a cooperativa B é mais lucrativa e proporciona um retorno maior das sobras do que a cooperativa A.

A próxima análise a ser realizada é a horizontal, que mede o quanto uma determinada conta evoluiu em relação ao ano anterior, e a vertical, que mede o quanto uma conta representa do total. Abaixo encontra-se a análise horizontal e vertical da cooperativa A e B expresso através do quadro nº 4 em relação ao grupo do Ativo e Passivo.

Quadro nº 4: Análise horizontal e vertical da cooperativa A e B

Cooperativa A														
Balço Patrimonial (%)	Análise Horizontal				MÉDIA	DP ¹	CV ²	Análise Vertical				MÉDIA	DP	CV
	dez/15	dez/16	dez/17	dez/18				dez/15	dez/16	dez/17	dez/18			
Ativo Circulante	* ³	109	118	133	120,08	12,42	10,34	71	68	67	74	69,91	3,09	4,42
Ativo Não Circulante	*	128	122	97	115,60	16,37	14,16	29	32	33	26	30,09	3,09	10,28
Total do ativo	*	114	119	121	118,33	3,60	3,04	100	100	100	100	100,00	0,00	0,00
Passivo Circulante	*	113	118	121	117,41	4,08	3,47	70	69	69	69	69,28	0,73	1,05
Passivo Não Circulante	*	102	141	143	128,60	23,27	18,10	4	4	5	5	4,57	0,64	13,99
Patrimônio Líquido	*	120	118	119	119,21	1,09	0,92	25	27	27	26	26,15	0,61	2,34
Total do Passivo	*	114	119	121	118,33	3,60	3,04	100	100	100	100	100,00	0,00	0,00
Cooperativa B														
Balço	Análise Horizontal				MÉDIA	DP	CV	Análise Vertical				MÉDIA	DP	CV

Patrimonial (%)	dez/15	dez/16	dez/17	dez/18				dez/15	dez/16	dez/17	dez/18			
Ativo Circulante	*	95	108	124	109,11	14,66	13,44	76	67	66	75	70,95	5,22	7,35
Não Circulante	*	146	114	79	112,92	33,29	29,48	24	33	34	25	29,05	5,22	17,95
Ativo Total	*	107	110	109	108,72	1,12	1,03	100	100	100	100	100,00	0,00	0,00
Passivo Circulante	*	99	99	116	104,64	9,77	9,34	71	65	59	62	64,24	5,02	7,81
Passivo Não Circulante	*	174	186	95	151,47	49,70	32,81	7	11	19	16	13,08	5,28	40,34
Patrimônio Líquido	*	113	105	103	106,95	5,56	5,20	23	24	23	21	22,68	0,97	4,27
Passivo Total	*	107	110	109	108,72	1,12	1,03	100	100	100	100	100,00	0,00	0,00
¹ Desvio Padrão.														
² Coeficiente de variabilidade.														
³ Não há dados do ano anterior [2014] para avaliar a evolução da conta.														

Fonte: Elaborado pelo autor.

Na Análise Horizontal da Cooperativa A, observou-se que a conta Ativo Circulante cresceu durante os anos analisados, chegando a 124% no ano de 2018. A Cooperativa B também evoluiu chegando em 2018 com um resultado de 133%. Isso significa que ambas obtiveram crescimento em seu ativo circulante, ou seja, passaram a possuir mais ativos que são facilmente convertidos em dinheiro. Já em relação ao ativo não circulante, ambas tiveram seus números reduzidos o que é muito bom para os investidores, em se tratando de liquidez. O CV foi superior na cooperativa B classificado como médio, isto é, houve uma oscilação maior durante os anos analisados.

A conta ativo não circulante, diminuiu em ambas. A cooperativa A terminou 2016 com um crescimento de 128% em relação a 2015. Já em 2018, esse número caiu para 97% em relação a 2017. Uma variação de 14,16%, comprovada através do CV, classificada como média. Já a cooperativa B, terminou 2016 com um crescimento de 146% em relação a 2015, enquanto em 2018, apresentou um crescimento de 79% em relação a 2017. Uma variação de 33,29%, comprovada através do CV, classificada como muito alta.

No grupo do Passivo, o passivo circulante apresentou crescimento em ambas, porém a cooperativa B mostrou uma oscilação maior, comprovada através do CV avaliado como alto. Enquanto, a

cooperativa A ficou classificado como baixo. A conta do passivo circulante representa as dívidas de curto prazo. A Cooperativa A em 2016 tinha avançado em relação ao ano anterior 99%, já a Cooperativa B apresentou um crescimento de 113% em relação a 2015. Contudo, em 2018, a cooperativa A teve um crescimento de 116% e a cooperativa B para 121%, ambas em relação ao ano de 2017.

Com relação ao passivo não-circulante, a Cooperativa A apresentou um decréscimo ao longo do período analisado, apresentando o respectivo resultado: 174% (2016), 186% (2017) e 95% (2018). Na Cooperativa B, por outro lado, observa-se situação contrária: 102% (2016), 141% (2017) e 143% (2018). Esse grupo de contas representam o endividamento das respectivas no longo prazo. A cooperativa A diminuiu seus compromissos no longo prazo e apresentou CV de 47%, considerado muito alto.

No grupo de PL, no entanto, a Cooperativa A, evoluiu 113% em 2016, em relação ao ano de 2015, enquanto a Cooperativa B 120%, em relação ao mesmo período. Em 2018, a primeira empresa evoluiu 103%, em relação a 2017, enquanto a cooperativa B 119%, no mesmo período. A cooperativa B apresentou um CV de 22%, considerado alto.

Já na análise vertical, o objetivo é verificar o percentual de participação de cada conta em relação ao total. Por exemplo, quanto o ativo circulante representa do ativo total. Na cooperativa A, o ativo circulante em 2018 representou 75% do total do ativo, enquanto os outros 25% estão investidos em ativo não-circulante. Já na Cooperativa B, esse 74% representava o Ativo Circulante e o restante o Ativo não Circulante no referido ano.

Analisando a conta passivo circulante através da análise vertical, essa conta exibiu 71% de representatividade em 2015 e caiu para 62% para 2018, pois, conforme observado, a Cooperativa A teve seus compromissos financeiros redirecionados para o longo prazo, conforme já observado também nos índices de endividamentos. Já a conta passivo não-circulante observa-se a evolução de 7% em 2015 para 16% em 2018, isto é, apresentou um crescimento do endividamento no longo prazo. A conta patrimônio líquido por outro lado, não obteve significativa evolução, pois em 2015 possuía 23% dos compromissos alocados nesse grupo, enquanto em 2018 caiu para 21%.

Com relação a cooperativa B, houve baixa oscilação do grupo do ativo circulante ao longo desse período, sendo 71% em 2015, 66% em 2016, 67% em 2017 e 74% em 2018. Estes resultados são

parecidos com os observados para a Cooperativa A. Já o ativo não-circulante em 2015 foi de 29%, 32% em 2016, 33% em 2017 e 26% em 2018. Analisando o grupo de contas do passivo, têm-se pouca oscilação do passivo circulante, pois em 2015 era 70% e em 2018 caiu para 69%. O passivo não-circulante e o PL ocorreu de forma similar. O primeiro era de 4% em 2015 e 5% em 2018, enquanto a representatividade do segundo era de 25% no ano de 2015 e 26% em 2018.

A próxima a ser analisada é a DRE dessas cooperativas através das análises horizontal e vertical. Além disso, avaliando os resultados através do CV.

Quadro nº 5: Análise horizontal e vertical da Demonstração do Resultado do Exercício da Cooperativa A e B

Cooperativa A														
DRE (%)	Análise Horizontal				Média	DP ¹	CV ²	Análise Vertical				Média	DP	CV
	dez/15	dez/16	dez/17	dez/18				dez/15	dez/16	dez/17	dez/18			
Ingressos da Intermediação Financeira	* ³	131	104	91	109	20	19	235	405	328	257	306	76	25
Resultado Bruto Intermediação Financeira	*	90	70	116	92	23	25	100	100	100	100	100	0	0
Receitas (Ingressos) de Prestação de Serviços	*	171	146	109	142	31	22	10	43	30	24	27	13	50
Rendas (Ingressos) de Tarifas	*	94	99	116	103	12	11	11	22	26	26	21	7	33
Ingressos de Depósitos Intercooperativos	*	98	102	108	103	5	5	14	20	17	18	17	2	13
Outros Ingressos/Rendas Operacionais	*	221	143	73	146	74	51	40	78	65	53	59	16	27
Resultado Operacional	*	92	65	101	86	19	22	110	143	130	124	127	13	11
Sobras / Perdas antes das Destinações	*	93	63	82	79	15	19	108	140	127	118	123	13	11
Juros ao Capital	*	122	78	68	89	28	32	-27	-49	-32	-20	-(32)	12	38
Sobras / Perdas Líquidas	*	75	51	95	73	22	30	43	35	37	38	38	3	9
Cooperativa B														

DRE (%)	Análise Horizontal				Média	DP	CV	Análise Vertical				Média 27%	DP 13%	100 % 50%
	dez/ 15	dez/ 16	dez/ 17	dez/ 18				10%	43%	30%	24%			
Ingressos da Intermediação Financeira	*	131	102	93	109	19	18	11%	22%	26%	26%	21%	7%	33%
Resultado Bruto Intermediação Financeira	*	76	126	119	107	27	25	14%	20%	17%	18%	17%	2%	13%
Outros Ingressos / Rec. (Dispêndios / Desp.) Operacionais	*	315	88	97	166	128	77	40%	78%	65%	53%	59%	16%	27%
Receitas (Ingressos) de Prestação de Serviços	*	150	148	120	139	17	12	110 %	143 %	130 %	124 %	127%	13%	11%
Rendas (Ingressos) de Tarifas	*	104	111	123	113	10	8	108 %	140 %	127 %	118 %	123%	13%	11%
Ingressos de Depósitos Intercooperativos	*	147	105	98	117	27	23	-27%	-49%	-32%	-20%	-32%	12%	-38%
Resultado Operacional	*	98	115	114	109	9	8	43%	35%	37%	38%	38%	3%	9%
Sobras / Perdas antes das Destinações	*	98	114	111	108	9	8	235 %	405 %	328 %	257 %	306%	76%	25%
Juros ao Capital	*	136	83	73	97	34	34	100 %	100 %	100 %	100 %	100%	0%	0%
Sobras / Perdas Líquidas	*	62	135	119	105	38	37	10%	43%	30%	24%	27%	13%	50%

¹ Desvio Padrão.

² Coeficiente de variabilidade.

³ Não há dados do ano anterior [2014] para avaliar a evolução da conta.

Fonte: elaborado pelo autor.

A análise horizontal das principais contas da DRE da cooperativa A exibiu um cenário de queda no ano de 2017, quando comparado ao período de 2016, porém observa-se um crescimento já no ano seguinte. Houve aumento no ano de 2018 em relação ao ano de 2017 nas contas: resultado bruto, resultado operacional, nas sobras brutas e sobras líquidas durante os anos analisados. Já na cooperativa B, Houve um crescimento nessas mesmas contas, porém destaca-se a conta Resultado Bruto que apresentou um CV de 25% e Ingresso de Depósitos Intercooperativos com um CV de 23%, ambos considerados alto. Também destaca-se a conta Outros Ingressos que mostrou um CV de 77%, classificado como muito alto.

Quanto a análise vertical das contas destacadas da DRE da cooperativa A, a conta resultado bruto de intermediação financeira foi utilizada como referência para esse cálculo. O resultado operacional foi inferior ao resultado bruto em todos os anos, obtendo o melhor resultado no ano de 2016 com 93%. Da mesma forma, as sobras brutas obtiveram um melhor resultado no ano de 2016 com 91%. O coeficiente de variabilidade é classificado como muito alto nas contas Outros Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços, justificado pela cobrança pela prestação serviço. A conta Ingressos de Depósitos Intercooperativos apresentou crescimento até o ano de 2017, porém em 2018 apresentou um resultado inferior a 2017.

Já a cooperativa B obteve o resultado não operacional, em todos os anos, superior ao resultado bruto, o que demonstra que essa tem recebido receita proveniente de outras atividades que nesse caso específico é de prestação de serviços, tarifas e ingressos de depósitos intercooperativos. É importante destacar que o melhor resultado foi o ano de 2016, assim como a cooperativa A. A participação nas sobras também é superior na cooperativa B, conforme já constatado em outros índices. O ano de 2015 representou dentre o período estudado, o que proporcionou maior retorno aos associados.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse estudo buscou comparar duas cooperativas de crédito que atuam em regiões próximas do estado do Espírito Santo, visando posicionar as respectivas em relação a sua situação econômico-financeiro, visto o papel econômico e social que ambas promovem. Os dados foram coletados através de balanços divulgados anualmente e, através destes, foram realizadas as análises para se chegar as informações presentes nesse artigo.

O resultado do estudo revela que ambas as Cooperativas possuem um comprometimento financeiro oriundo de capital de terceiros, sendo que a Cooperativa A esse resultado é ainda maior. Outro destaque, deve-se a Cooperativa B possuir maior endividamento no curto prazo do que a empresa A. Enquanto a cooperativa A finalizou 2018 com seu endividamento de 79,81% no curto prazo, a cooperativa B manteve uma média de 93,81% durante o período analisado. Além disso, ambas possuem baixa imobilização do patrimônio líquido e de recursos não-correntes, sendo esse o cenário ideal.

Outro ponto analisado é a liquidez dessas empresas, ambas possuem liquidez corrente e também geral, pois ambas tiveram um resultado superior a 100%, isso significa que para cada R\$100,00 reais de compromisso, ambas possuem capacidade de honrar o compromisso e ainda há sobras. Nesse índice o ideal é que seja o maior possível.

O índice de lucratividade dessas cooperativas caiu significativamente de acordo com os resultados divulgados, sendo que a Cooperativa A tem obtido uma lucratividade menor que a Cooperativa B. A Cooperativa em 2017 possuía um retorno sobre o seu ativo de 10,72% e um retorno sobre o seu PL de 2,32%. Enquanto a Cooperativa B, possuía em 2017 um ROA de 25,38% e um ROE de 6,07%. Esse resultado no ano de 2015 era de 24,39% em relação ao retorno obtido sobre o ativo e de 5,02% o retorno obtido sobre o patrimônio líquido. Já na cooperativa B, esse resultado era de 35,80% em 2015 em relação ao ROA e 7,55% em relação ao ROE. Porém, conforme pode-se observar a cooperativa B é 2,43 vezes mais lucrativa do que a cooperativa A no ano de 2017. Esse contexto justifica-se através da análise vertical da DRE, em que a cooperativa B possui resultado operacional superior à cooperativa A, já que possui rendas significativas advindas da prestação de serviço, cobrança de tarifas e Ingressos de Depósitos Intercooperativos. Além disso, o retorno do patrimônio líquido é 2,60 vezes maior da cooperativa B para A, exibindo um cenário em que os sócios possuem maior retorno em relação as sobras da cooperativa, conforme comprovado também através das análises verticais da DRE de ambas as cooperativas.

A análise vertical e a horizontal vêm para reafirmar os resultados visualizados pelos índices. De um modo geral, ambas possuem a maior parte de seus recursos empregados no ativo circulante e seu endividamento é de curto prazo. O endividamento no longo prazo evoluiu somente para a cooperativa B.

A estrutura do Balanço Patrimonial em relação ao Ativo na Cooperativa A e B, a maior parte é de origem do ativo circulante, enquanto na conta Passivo, a maior parte está empregada no passivo circulante.

Essas informações levantadas nesse estudo facilitarão a tomada de decisão dos gestores dessas Cooperativas e também para os novos associados, pois além de exibir o cenário atual, mostra o desempenho de ambas. Diante disso, pode-se recomendar esse estudo para novas pesquisas implantando análises pormenorizadas desses índices objetivando encontrar informações mais detalhadas e precisas acerca dessas empresas.

6 REFERÊNCIAS

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Resolução 4.434/2015. Disponível em:

<https://www.bcb.gov.br/pre/normativos/busca/downloadNormativo.asp?arquivo=/Lists/Normativos/Attachments/48507/Res_4434_v1_O.pdf>. Acesso em: 03 Nov. 2018.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Resolução 3.106/2003**. Disponível em: <

https://www.bcb.gov.br/pre/normativos/busca/downloadNormativo.asp?arquivo=/Lists/Normativos/Attachments/46578/Res_3106_v5_P.pdf>. Acesso em 03/11/2018.

_____, **Estudo Especial nº 14/2018** – Divulgado originalmente como boxe do Relatório de Economia Bancária (2017) - volume 1 | nº 1, Estudos especiais do Banco Central. Disponível em:

<https://www.bcb.gov.br/conteudo/relatorioinflacao/EstudosEspeciais/Participacao_cooperativas_mercado_credito.pdf>. Acesso em: 05 mai 2019.

BENTO, M. H. S.; OLIVEIRA, E.; MADRUGA, L. R. R. G. Análise Econômica-Financeira em Cooperativas: um estudo de caso na CAMSUL. **Revista de Gestão e Organizações Cooperativas**, [S.l.], v. 3, n. 6, p. 15-30, mar. 2017. ISSN 2359-0432. Disponível em:

<<https://periodicos.ufsm.br/rgc/article/view/22870>>. Acesso em: 28 abr. 2019.

BEZERRA, F. Administração Financeira e Orçamentária (AFO). Acesso em: <<http://www.portal-administracao.com/2015/01/administracao-financeira-e-orcamentaria.html>>. Data de acesso: 04/09/2018.

BRAGA, M. J. Avaliação financeira das cooperativas de crédito mutuo do estado de m nas gerais. 2002. Disponível em: <www.sober.org.br>. Acesso em: 24 abr. 2019.

BRASIL. **Lei n. 4.595/1964**. Dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, Cria o Conselho Monetário Nacional e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L4595.htm>. Acesso em: 03 nov. 2018.

BRASIL. **Lei nº 5.764/1971**. Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências. disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L5764.htm>. Acesso em: 03 nov. 2018.

CARREIRO, L.C.; CUNHA, A. M. XV CONGRESSO BRASILEIRO DE CUSTOS, 2008, Curitiba/PR. **Análise do Desempenho Econômico-Financeiro do Banco Cooperativo do Brasil SA – BANCOOB pela Metodologia CAMEL.** [S. l.: s. n.], 2008. Disponível em: <https://anaiscbc.emnuvens.com.br/anais/article/view/1317>. Acesso em: 24 mar. 2019.

CHAVES, S. S. **O cooperativismo de crédito no Brasil: evolução e perspectivas.** In: DESAFIOS do Sistema Financeiro Nacional: o que falta para colher os benefícios da estabilidade conquistada. Rio De Janeiro: Elsevier-Campus, 2011. p. 69-97.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **Pronunciamento conceitual básico (R1)** - Apresentação das Demonstrações Contábeis. Disponível em: <http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=57>. Acesso em: 28 abr. 2019.

DANTAS, J. A.; MEDEIROS, O. R.; CAPELLETTO, L. R. **Determinantes do spread bancário ex post no mercado brasileiro.** RAM, REV. ADM. MACKENZIE, SÃO PAULO, SP, p. P. 48-74, Jul/Ago. 2012. ISSN 1678-6971 (on-line). Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ram/v13n4/a03.pdf>. Acesso em: 05 mai. 2019.

FUNDO GARANTIDOR DE CRÉDITO DAS COOPERATIVAS. **Número de associados ao Cooperativismo de Crédito.** Disponível em: <<http://www.fgcoop.coop.br/>>. Acesso em: 04/11/2018.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GITMAN, L. J. **Princípios da administração financeira.** 12 ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010.

GOMES, F.P. **Curso de estatística experimental.** 12.ed. São Paulo: Nobel, 1990. 467p.

IBGE. **Coordenação de População e Indicadores Sociais.** Projeção da população por sexo e idades simples, em 1º de julho - 2010/2060. Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9103-estimativas-de-populacao.html?=&t=o-que-e->>. Acesso em: 05 mai. 2019.

KAMMERS, Kamila *et al.* **Análise dos indicadores econômico-financeiros de uma cooperativa de crédito.** IV Congresso Brasileiro em Gestão de Negócios, [S. l.], p. 1-18, 16 out. 2016. Disponível em: <http://midas.unioeste.br/sgev/eventos/307/downloadArquivo/11983>. Acesso em: 24 mar. 2019.

KATO, J. **Curso de Finanças Empresariais: Fundamentos da gestão financeira em empresas.** São Paulo: M. Books, 2012.

JACQUES, E. R.; GONÇALVES, F. O. **Cooperativas de crédito no Brasil: evolução e impacto sobre a renda dos municípios brasileiros.** Economia e Sociedade, Campinas, Unicamp, p. v. 25, n. 2 (57), p. 489-509, 1 ago. 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ecos/v25n2/0104-0618-ecos-25-02-00489.pdf>. Acesso em: 5 maio 2019.

LUZ, É. E. da. **Teoria da contabilidade.** Curitiba: Intersaberes, 2015.

MARION, J. C. **Análise das Demonstrações Contábeis: Contabilidade Empresarial.** São Paulo: Atlas, 2010.

MATARAZZO, D. C. **Análise financeira de balanços.** – 7.ed. - São Paulo. Editoras Atlas S.A. Ano de publicação: 2010. Data de acesso: 20/08/2018.

NETO, Alexandre Assaf; LIMA, Fabiano Guasti. **Curso de Administração Financeira**. 3ª. ed. São Paulo: Editora Atlas S.A., 2014. 856 p.

NETO, Alexandre Assaf. **Finanças corporativas e valor**. 7ª. ed. São Paulo: Editora Atlas S.A., 2016. 790 p.

PEREZ JUNIOR, J. H.; BEGALLI, G. A. **Elaboração e análise das demonstrações contábeis**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2009.

PINHEIRO, Marcos Antonio Henriques. **Cooperativas de Crédito: história da evolução normativa no Brasil**. 6. ed. Brasília: [s. n.], 2008. 92 p. ISBN 85-99863-03-7. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/content/publicacoes/Documents/outras_pub_alfa/livro_cooperativas_credito.pdf. Acesso em: 3 dez. 2019.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. **Metodologia do trabalho científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo - Rio Grande do Sul - Brasil: Freevale, 2013. 276 p. ISBN 978-85-7717-158-3.

RAUPP, Fabiano Maury. BEUREN, Ilse Maria. **Caracterização da pesquisa em Contabilidade**. In. BEUREN, Ilse Maria (Org.). Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

SILVA, J. P. **Análise financeira das empresas**. 7ª ed. São Paulo: Atlas, 2005

SILVA, M. D. T. **Apostila de Teoria da Contabilidade**. Belo Horizonte: PUC Minas, 2008.